

**ENTRE SMITH E QUESNAY: O DEBATE ECONÔMICO ENTRE
PLANCHER E CHAPUIS NO RIO DE JANEIRO (1826)**

***BETWEEN SMITH AND QUESNAY: THE ECONOMIC DEBATE
BETWEEN PLANCHER AND CHAPUIS IN RIO DE JANEIRO (1826)***

Arthur Ferreira Reis*

RESUMO

No Primeiro Reinado o Brasil passou por uma intensa discussão sobre as bases do Império. Visando isso, o presente artigo visa estudar o pensamento econômico de dois autores franceses radicados no Brasil durante o Primeiro Reinado através de seus jornais *O Spectador Brasileiro* e *O Verdadeiro Liberal*. Utilizando-se de alguns artigos sobre economia e anúncios sobre venda de livros, buscaremos mostrar que, nesse período, o liberalismo econômico não era uma unanimidade na elite intelectual fluminense. Ademais, baseando-se em algumas obras historiográficas, buscaremos mostrar que o discurso e a prática da elite brasileira, no que diz respeito à economia, foi, durante grande parte do Império, muito distante.

PALAVRAS CHAVE: Economia; Primeiro Reinado; Imprensa.

ABSTRACT

During the First Reign Brazil underwent an intense discussion about the Empire bases. In this context, periodicals served as instruments for the elites that sought support for their political, economic and social projects. This paper aims at studying the economic thought of two French authors based in Brazil during the First Empire through his newspaper *O Spectador Brasileiro* and *O Verdadeiro Liberal*. Based on some articles on economics and announcements about selling books, we will seek to show that in this period, economic liberalism was not unanimous in the state intellectual elite. Moreover, based on some historical works, we will seek to show that the discourse and the practice of the Brazilian elite, regarding economy, was for much of the Empire, far away.

KEYWORDS: Economics; First Empire; Press.

Introdução

Ao pensarmos na economia brasileira durante o período imperial, rapidamente nos vemos envolvidos com a importância da atividade agrícola e latifundiária, seja canavieira ou cafeeira. Esse quadro é ainda mais impressionante quando percebemos que a importância da agricultura e o “atraso” dos produtos manufaturados ou industrializados no Brasil se dão ainda no período colonial e também no período republicano. Em 2014 o jornal britânico *Daily Mail* destacou a importância do café para a economia brasileira. Segundo a matéria de James

* Universidade Federal do Espírito Santo. Mestrando e bolsista CAPES. Email: arthurfr23@gmail.com

Salmon, apenas o café corresponde a 3% de todas as exportações brasileiras², número expressivo em uma economia mundo cada vez mais diversificada e industrializada.

Retornando ao período imperial, e, principalmente, ao Primeiro Reinado, encontramos um debate econômico excêntrico entre uma teoria fisiocrata e uma teoria liberal, que iniciada por Adam Smith, atribuía importância maior aos produtos manufaturados em detrimento dos agrícolas. Inseridos nesse debate, nos fica a pergunta de como os políticos e literatos brasileiros se posicionavam e quais eram as atitudes do Estado no setor econômico. Para podermos explorar uma pequena parcela desse campo por demais rico, analisaremos, com auxílio da História do Pensamento Econômico, as opiniões econômicas de dois jornalistas do Primeiro Reinado e, através de um debate historiográfico, ver como se deu as atitudes do Estado na área econômica e qual sua relação com as concepções da elite intelectual brasileira.

Em um primeiro momento, faremos uma rápida exposição sobre a situação da História do Pensamento Econômico, salientando suas dificuldades e chamando a atenção para sua riqueza. Após isso, uma rápida exposição das ideias dos pensamentos econômicos de Quesnay e Smith seguida do estudo de caso das ideias de Plancher e Chapuis e um debate historiográfico, que busca mostrar como as ideias e as práticas econômicas tenderam a se distanciar no Brasil Imperial.

Uma apologia à História do Pensamento Econômico

Segundo Mark Blaug, a disciplina de História do Pensamento Econômico (HPE) tem passado por um período de descrédito frente aos economistas (2001, p.145). Mesmo com o progressivo retorno dessa disciplina aos centros acadêmicos, a maioria dos pesquisadores sobre o assunto se limitam a revistas de baixo reconhecimento, isso porque a especialização nesse campo da economia acontece como uma “fuga” das matemáticas (BLAUG, 2001, p.146). O desprezo pela HPE é problemático, pois, para Blaug, nenhuma ideia ou pensamento recente, poderia surgir sem reflexão sobre as ideias dos pensamentos dos autores anteriores. Diante disso, Blaug afirma que

So it is, I think, with all economic theories. Economic knowledge is path-dependent. What we now know about the economic system is not something we have just discovered, but it is the sum of all discoveries, insights and false starts in the past (2001, p.156).

²SALMON, James. *CITY FOCUS*: Brazil battles to stay ahead in coffee war as consumers become more demanding. London: Daily Mail. Disponível em: <www.dailymail.co.uk/money/markets/article-2640756/CITY-FOCUS-Brazil-battles-stay-ahead-coffee-war.html?ITO=1490&ns_mchannel=rss&ns_campaign=1490>

Se Blaug critica a falta dos estudos sobre HPE, Pécros Arida critica a falta de contextualismo por parte dos especialistas em HPE. Segundo o autor, os adeptos da *soft science* desconhecem a noção de fronteira e buscam uma reconciliação problemática entre as concepções econômicas do presente e as ideias do passado (ARIDA, 1991, p.17). Buscam, dessa maneira, projetar nos textos do passado a reconstrução de uma antiga teoria econômica que deva e possa ser aplicada na atualidade (ARIDA, 1991, p.28). Pecam, dessa maneira, ao não entender o texto e a ideia em seu contexto (ARIDA, 1991, p.20).

Este artigo insere-se nessa linha de pensamento. Entendemos que discutir o que foi dito e debatido no passado está entre uma das principais formas de entender o que é concebido na atualidade. Além disso, para discutirmos esses textos, temos de estar atentos ao contexto em que foram escritos. Em uma primeira parte, faremos uma simples apresentação das ideias econômicas dos fisiocratas e liberais, para, através delas, buscarmos entender o que Plancher e Chapuis, dois jornalistas do Primeiro Reinado, afirmavam como o ideal para a construção econômica do Brasil. Assim, através desses dois jornalistas, mostraremos que os debates econômicos estiveram presentes também nos jornais da Corte brasileira no ano de 1826, debates esses muitas vezes cercados de interesses políticos e de sentimentos “nacionalistas”. Ao fim, mostraremos que mesmo com a permanência de um pensamento econômico liberal na elite intelectual brasileira, e sua suposta aceitação pela maioria da elite política, a realidade foi muito distante do que era dito e pensado por eles.

Algumas notas sobre a fisiocracia e os pensamentos de Adam Smith

Aqui nos propomos a fazer uma rápida exposição das principais premissas do pensamento econômico de Quesnay e Adam Smith. Destacaremos os aspectos que mais nos ajudarão a esclarecer as diferenças do pensamento econômico de Plancher e Chapuis, não tendo como objetivo descrever todo o sistema econômico liberal ou fisiocrata, o que já foi feito de maneira eloquente por muitas das obras por nós citadas.

O sistema fisiocrata remonta ao contexto francês do século XVIII, principalmente a partir da segunda metade. Pensado por inúmeros intelectuais que almejavam ajudar a França a superar a terrível crise econômica, seus preceitos jamais foram adotados de maneira completa. Devemos estar atentos também ao contexto político em que foi pensado. A exacerbação do Estado absolutista gerou um sistema econômico de constante interferência e regulação estatal e a ausência de instituições representativas que pudessem dar voz aos interesses do “terceiro

estado”, gerando, com isso, uma certa desvalorização dos interesses econômicos da incipiente burguesia francesa (PAULA; CERQUEIRA; ALBUQUERQUE, 2007, p.360).

Entre seus intelectuais podemos destacar o Marquês de Mirabeau, Dupont de Nemours e Jacques Turgot. Mas, dentre todos eles, certamente François Quesnay alcançou grande prestígio com seu *Tableau Economique*(1758), onde operacionalizou o modo de funcionamento do sistema econômico fisiocrata. Através da tabela econômica, mostrando como as categorias de produção se relacionam, percebemos que, no sistema fisiocrata, existe uma relação de “solidariedade” entre todas as atividades econômicas e profissões, e os rendimentos econômicos obtidos em um setor criam mercado para os outros setores (DEYON, 2001, p.76).O sistema econômico devia seguir uma “ordem natural”, e essa ordem só seria alcançada quando não houvesse obstáculos para ela (NAPOLEONI, 1988, p.23).

Segundo Rolf Kuntz, a economia para Quesnay é composta por três classes: a produtiva, formada pelas pessoas ligadas à agricultura; a proprietária, formada pelos receptores da renda fundiária e dos impostos; e a estéril, formada pelos agentes econômicos urbanos e pelos comerciantes, artesãos e etc (1982, p.21). Para Quesnay, a base da sociedade está na agricultura, e se existe um setor não agrícola, é graças ao excedente do setor agrícola, capaz de manter vivo os indivíduos e fazer circular a renda através dos fundiários (KUNTZ, 1982, p.22). Para existir excedente no setor agrícola, o mais importante não é a fertilidade do solo, mas sim o bom preço da produção (KUNTZ, 1982, p.26). Para se alcançar isso, deve-se ter a livre concorrência empregada no comércio, para que a demanda internacional dite o preço do produto. Segundo Kuntz, “O *bonprix* tende a ser, portanto, o resultado não de restrições, mas de numerosas forças presentes no mercado, funcionando como fator de equilíbrio entre todos os interesses.” ((KUNTZ, 1982, p.27). Dessa maneira, quando a nação não tiver o suficiente para se sustentar, deve buscar os alimentos nas outras nações, adquirindo-os através de trocas com manufaturas. Reside aí a importância das manufaturas na economia nacional (KUNTZ, 1982, p.29). Entretanto, deve-se ter em mente que uma nação não pode buscar subsistir apenas do comércio de manufaturas, pois esse é muito frágil, e seus ganhos são efêmeros e móveis ((KUNTZ, 1982, p.35). Kuntz alerta que “Por trás da preocupação de Quesnay quanto à insegurança da indústria parece existir, de fato, mais que qualquer outra razão, a consciência do avanço relativo já alcançado pela Inglaterra na produção manufatureira e no comércio.” (1982, p.36). O Estado e os proprietários devem trabalhar para melhorar a produtividade através da modernização dos métodos produtivos e de

ampliação da rede de transporte. Além disso, deve-se evitar qualquer política que tenda a baixar o preço dos produtos agrícolas (NAPOLEONI, 1988, p.35). Ademais, o preço das manufaturas devem ser estabelecidos ao nível mais baixo possível, para que o valor da renda seja maximizado e os proprietários possam comprar mais manufaturas e beneficiar o maior número de pessoas. A última indicação é que os impostos não incidam sobre a produção e que não impeça a reintegração do capital circulante e a renovação do capital fixo que se fazem necessários para a manutenção de certo nível de produtividade. Sendo assim, era primordial impor os impostos apenas à renda, ou seja, aos proprietários (NAPOLEONI, 1988, p.46).

Concluindo, para os fisiocratas, a economia devia girar em torno da agricultura. Sendo ela a única capaz de gerar a verdadeira riqueza, o próprio comércio de manufaturas dela dependia, pois era através da classe de proprietários que os bens de luxo eram consumidos dos artesãos e comerciantes, que por sua vez precisavam comprar alimentos dos agricultores, que por sua vez deviam pagar parte de sua produção para os proprietários, e daí por diante.

Em 1776 Adam Smith publicou seu mais famoso livro, *A Riqueza das Nações*. Inserido no contexto do iluminismo escocês, Smith foi amplamente influenciado pelos intelectuais de tal movimento, principalmente David Hume. Segundo Cerqueira, o movimento no qual Smith se colocava buscava encontrar soluções para a complicada situação econômica escocesa que, através de reflexões sobre o caráter filosófico, histórico e econômico de tal país (CERQUEIRA, 2005, p.13), chegaram à conclusão de que a solução seria transformar a Escócia em uma “sociedade comercial” (CERQUEIRA, 2005, p.20).

Segundo Flávio Oliveira, para Smith, o principal dever do governo era promover a justiça e criar as condições propícias para o desenvolvimento da nação. Para isso, o governo deveria se ocupar principalmente de três tipos de assunto: o primeiro seria proteger a sociedade contra a violência e a injustiça dos outros países independentes (OLIVEIRA, 2014, p.79); o segundo seria proteger cada membro da sociedade da injustiça e da opressão por outros membros da sociedade (OLIVEIRA, 2014, p.80); e o terceiro, seria reverter os problemas inerentes ao avanço da divisão do trabalho educando os trabalhadores pobres (OLIVEIRA, 2014, p.82).

Todos esses objetivos, inclusive a divisão do trabalho, seriam mais facilmente alcançados com o aumento da riqueza do país, representado pelos bens produzidos por sua economia. O aumento de produção desses bens era causado, para Smith, pelo aprimoramento

das forças produtivas, consequência da divisão do trabalho (SMITH, 1996, p.65). Por sua vez, a divisão do trabalho não seria consequência da sabedoria humana, mas simplesmente um caminho natural da necessidade da natureza humana de trocar os produtos que produz por outros que não possui (SMITH, 1996, p.73). Quando os homens perceberam que se cada um se especializasse em algo, mais seria produzido, começaram a estabelecer a divisão do trabalho (SMITH, 1996, p.74).

Dessa maneira, a divisão do trabalho e o aumento dos bens produzidos está em relação direta com a existência de mercado. Para ele,

Quando o mercado é muito reduzido, ninguém pode sentir-se estimulado a dedicar-se inteiramente a uma ocupação, porque não poderá permutar toda a parcela excedente de sua produção que ultrapassa seu consumo pessoal pela parcela de produção do trabalho alheio, da qual tem necessidade (SMITH, 1996, p.77).

A produção, ao sair das mãos do produtor e ser vendida, divide o seu valor em duas partes: a primeira é responsável por repor o capital investido e renovar as provisões para o próximo trabalho; e a segunda é destinada a constituir uma renda para o dono deste capital (SMITH, 1996, p.334). Com isso, trocando seus produtos frutos de seus trabalhos, os homens estarão obtendo o fruto do trabalho de outros homens, aumentando o mercado e sua opulência (CERQUEIRA, 2004, p.435).

Ao falar sobre os gastos do governo, Adam Smith afirma que eles devem ser limitados, pois as nações empobrecem devido ao esbanjamento dos governantes, e não dos proprietários (SMITH, 1996, p.343). O dinheiro devia ser bem gasto, pois, “Assim como, em se tratando dos indivíduos, um tipo de gasto favorece mais a riqueza de um do que a de outro, o mesmo acontece no caso de uma nação.” (SMITH, 1996, p.347). Segundo Cerqueira, Smith acreditava que o desenvolvimento livre da economia seria capaz de proporcionar as condições para o desenvolvimento moral e econômico da sociedade e de seus indivíduos (CERQUEIRA, 2004, p.435).

Os jornais e o debate público

A constituição da imprensa como local de expressão de opiniões e debate político foi um processo gradual, iniciado em 1808 e que ganhou impulso com a Regeneração do Porto. Tal movimento, ao promover a declaração da liberdade de imprensa, favoreceu a tomada dos

espaços públicos pelos os impressos. Só em 1821, um ano após a Regeneração do Porto, 20 periódicos³ foram criados no Brasil.

No processo de expansão dos periódicos, uma nova dinâmica apareceu na cena pública brasileira. Através dos periódicos foi se introduzindo no Brasil uma cultura política liberal, e alguns conceitos tornaram-se fundamentais no desenvolvimento das discussões políticas. Primeiro, o conceito de despotismo insurgiu-se contra as práticas políticas do Antigo Regime. Invocado como negador da liberdade, dizia respeito a um poder ilimitado do soberano. O termo escravidão também se relacionava com a negação da liberdade, não fazendo alusão ao caso da escravidão africana, mas sim da escravidão política. Além de escravidão, a liberdade adquiria uma importância fundamental. Sua garantia se dava por meio da instituição de uma constituição que pudesse reger a nova sociedade (NEVES, 2003, p.114).

Dessa maneira, o ano de 1821 transformou-se no período de pregação do liberalismo e do constitucionalismo. Constituía-se uma nova cultura política no mundo luso-brasileiro, e novas práticas políticas se consumavam com fatos como as eleições para a deputação a ser enviada para Lisboa e com o crescente desenvolvimento dos espaços públicos no Brasil e em Portugal (NEVES, 2009, p.118). Com essa nova cultura política os periódicos se transformavam em local de debate de ideias, além, é claro, do seu objetivo pedagógico de ilustrar os leitores (MOREL, 1998, p.306).

Salientamos também a importância dos estrangeiros na imprensa brasileira. Se considerarmos apenas a primeira metade do Primeiro Reinado (1822-1826), podemos contabilizar quatro jornalistas estrangeiros: Pedro Plancher, redator do *Spectador Brasileiro*, de Loy, redator da *Estrela Brasileira*, Mr. de Chapuis, redator do *Verdadeiro Liberal* e Stephano Grandona, redator da *Sentinela da Praia Grande*. Sendo os três primeiros franceses e o último italiano. Além disso, considerando todo o Primeiro Reinado, podemos contabilizar três periódicos escritos em língua estrangeira: *L'Indépendant*, *The Rio Herald* e *L'écho de L'amérique Du Sud*. Dois em francês e um em inglês, todos de autoria ainda não comprovada. Com isso, podemos perceber a importância dos estrangeiros e, principalmente, dos franceses na consolidação dos espaços públicos no Brasil durante o Primeiro Reinado.

³ São eles: *Semanário Cívico*, *Amigo do Rei e da Nação*; *O Bem da Ordem*; *O Conciliador do Reino Unido*; *Aurora Pernambucana*; *O Conciliador do Maranhão*; *Jornal de Anúncios*; *Diário do Rio de Janeiro*; *O Baluarte Constitucional*; *O Analisador Constitucional*; *O Espreitor Constitucional*; *Diário Constitucional*; *Reverbero Constitucional Fluminense*; *O Espelho*; *O Alfaiate Constitucional*; *A Malagueta*; *O Relator Verdadeiro*; *Sabatina Familiar*; *O Despertador dos Verdadeiros Constitucionais*; *Segarrega*.

Mesmo com uma queda de impressos no período de 1824 a 1826, graças a uma movimentação de repressão por parte do governo, assuntos como Tratado da Independência, Confederação do Equador, fim do tráfico negreiro, dissolução da Constituinte e Guerra da Cisplatina eram os mais debatidos. Entretanto, a economia não foi esquecida. Plancher e Chapuis buscavam, através do debate econômico, instruir e convencer o público de que o sistema econômico por eles exposto era o correto. Para mostrar como isso era feito, começaremos com as opiniões veiculadas por Plancher em seu jornal e os livros vendidos por ele em sua livraria. Após isso, passaremos para as opiniões veiculadas por Chapuis em seus jornais e o que estava por trás de suas publicações sobre economia.

Entre Smith e Quesnay

A escolha dos dois jornalistas franceses foi motivada pela singularidade do conflito entre ambos no ano de 1826. O primeiro fator de tal singularidade a se destacar, é o passado relativamente comum que ambos tinham: viveram o período revolucionário francês e fizeram parte do grupo defensor de Napoleão Bonaparte, Plancher no âmbito impresso e Chapuis no militar. O segundo fator é o período em que escreveram, pois, na primeira metade do ano de 1826, a imprensa ainda sofria com as repressões do governo Imperial, e muitos poucos periódicos se arriscavam a fazer oposição ao governo de D. Pedro I. Mesmo com o perigo de ser preso ou exilado (o que acontecerá), Chapuis não deixou de expor suas opiniões e, fazendo oposição aos atos imperiais, entrou em conflito com Plancher, defensor do governo. Com isso, ambos acabaram por expor suas opiniões e protagonizaram um conflito francês em pleno Rio de Janeiro.

Claro que o debate político e econômico brasileiro foi muito além do ocorrido e do debatido entre esses dois jornalistas, ainda pouco conhecidos pela historiografia, mas o que nos chamou a atenção foi, principalmente, como dois homens frutos de realidades tão parecidas tiveram opiniões econômicas tão distintas. Através de seus jornais, buscaremos captar os aspectos de seus pensamentos econômicos, por mais que, no caso de Chapuis, pouquíssimas passagens falam de economia.

Segundo Pacheco, Plancher chegou ao Brasil no dia 27 de março de 1824 (PACHECO, 1917, p.40), trazendo consigo uma ampla experiência de escritor e tipógrafo da França, onde publicou inúmeras obras e escrevia panfletos políticos e de exaltação a Napoleão Bonaparte. No período em que permaneceu no Brasil, que vai de 1824 até 1834, fundou três

jornais, o *Spectador Brasileiro* (que será a fonte de nossa pesquisa), o *L'Indépendant – Feuille de Commerce, Politique et Littéraire* e o *Jornal do Commercio*. Após a abdicação de D. Pedro e a Monarquia de Julho na França, Plancher voltou para a França. O jornal *Spectador Brasileiro* começou a ser impresso no dia 1 de julho de 1824, e durou até o dia 28 de abril de 1826, contabilizando duzentas e sessenta e seis edições.

Chapuis nasceu em Paris no ano de 1795. Foi comandante de cavalaria do exército de Napoleão e participou da invasão da Rússia. Com a restauração foi incorporado ao corpo de guardas do rei, mas renunciou e aderiu ao exército de Napoleão nos Cem Dias como subtenente de cavalaria. Após o fim do governo de Napoleão, desertou e participou de revoluções liberais na Espanha e em Portugal e chegou ao Brasil em fins de 1825 (PUIGMAL, 2013). Em 15 de Novembro de 1825 ele publicou um poema no *Diário do Rio de Janeiro*, onde fazia uma referência ao aniversário de D. Pedro I⁴. O jornal *O Verdadeiro Liberal* teve sua primeira edição no dia 2 de março de 1826, e durou até 6 de abril do mesmo ano, contabilizando dezesseis números.

Para Plancher, a referência econômica que o Brasil deveria ter era a Inglaterra. Ao publicar um artigo do *Jornal Du Commerce* de Paris em 1824, noticia que “A Inglaterra offerece neste momento ao mundo hum expectaculo bem digno de fixar a attenção dos homens d'Estado”. Ela estava “elevada a cima de todas as outras pelo poder de sua industria, e de seu commercio” e a causa de toda essa prosperidade estava em seu poder “economicojulgádo pela opinião publica como a origem de sua prosperidade”. Esse sistema econômico estaria fundado na “circulação dos capitaes, e a liberdade das tranzacçoens civis, e commerciais”, que “estão libertas dos obstaculos creados nos tempos de ignorancia “. Esse tempos de ignorância, já ultrapassados na Inglaterra, impunham “systemas restrictivos, exclusivos, e prohibitivos”. O campeão da prosperidade inglesa, o primeiro a lutar contra esses sistemas prejudiciais à economia teria sido “Adão Smith”, que, “precursôr d'hum epoca mais iluminada luctava só com as forças do seu genio contra os prejuizos do século, e do seu Paiz”. E, se na época de Smith os ingleses eram “considerados como sonhadores, e vizonariosperigozos”, naquele momento, em 1825, eles eram “proclamados os Legisladores, e os bemfeitores do genero humano no Paiz classico da industria, e do commercio o Livro de Adão Smith passou á ser o Evangelho economico da sua Patria”. A admiração pelo sistema econômico inglês era tanto, que Plancher chegou a publicar o poema de *Hum Servil*, que dizia

⁴*Diário do Rio de Janeiro*, nº318, 15/11/1825.

Não ha que teimar;
 He dar tiros no ar;
 Os amigos para vós
 São os *Donos* do mar⁵.

Fica explicito a admiração de Plancher pela Inglaterra, e, conseqüentemente, pelas obras de Adam Smith, que era o “Evangelho econômico da sua Patria”. Mas o que era lido e vendido em sua livraria?

Em 1827 Plancher começou a publicar seu segundo periódico no Brasil, o *L'Indépendant, Feuille de Commerce, Politique et Littéraire*, um jornal escrito em francês e mais preocupado com discussões intelectuais do que políticas. Infelizmente o jornal não alcançou a quantidade de subscritores pretendida por Plancher, e, por isso, foi encerrado em seu décimo número. Um dos objetivos de Plancher nesse periódico era dar publicidade ao que era vendido em sua livraria. Diante disso, publicava inúmeros trechos de obras que tinha para vender e, além disso, fez também dois grandes inventários sobre as obras disponíveis. Nesses inventários, juntamente com anúncios veiculados em seu jornal, podemos contabilizar as seguintes obras que tratam, direta ou indiretamente, de economia.

Livro	Autor	Preço
Considérations sur l'Industrie et la Législation, sous le rapport de leur influence sur la richesse des États. 1 vol.	Louis August Say	3\$200
Cours d'Economie politique, ou exposition des Principes qui déterminent la prospérité des Nations, par H. Storch, avec des notes explicatives et critiques par J. B. Say. 5 vol.	H. Storch / Jean Baptiste Say	24\$000
Histoire des Français. 5 vol.	Sismode Sismodi	15\$000
Lettres à Malthus sur différents points d'Économie politique. 1 vol.	Jean Baptist Say	3\$200
Principes d'économie politique. 2 vol.	Malthus	6\$400
Traité d'Économie politique. 2 vol.	Jean Baptist Say	6\$400
An Inquiry Into the Nature and Causes of the Wealth of Nations. 5 vol.	Adam Smith	Não informado
Le Commerce et le Gouvernement	Étienne Bonnot de Condillac	Não informado

Fontes: *L'Indépendant, Feuille de Commerce, Politique et Littéraire*, nº 02, 28/04/1827; *O Verdadeiro Liberal*, nº 258, 12/04/1826.

⁵O *Spectador Nacional*, nº 243, 03/03/1826.

Através dessas obras podemos tirar algumas conclusões que corroboram com o que foi exposto anteriormente. Entre os autores encontrados, podemos perceber a clara superioridade de autores envolvidos em discussões que seguiam os escritos de Adam Smith, seja para criticá-lo seja para pensar a partir dele. Incrivelmente não conseguimos encontrar referências às obras de Quesnay, o principal pensador fisiocrata. O mais próximo do pensamento fisiocrata que pudemos encontrar foi Étienne Bonnot de Condillac. Amigo de Quesnay, Condillac escreveu sua obra com muitos pressupostos fisiocratas, mas se afastou ao definir o *vraiprix*. De resto, destacamos a publicidade dada ao debate entre Mathus e Jean Baptiste Say. Pertencentes a uma mesma “escola de pensamento” econômico, ambos os autores divergiam sobre a lei dos mercados na teoria internacional. Diante disso, a presença de Adam Smith e seu livro que seria o “Evangelho econômico da sua Pátria” não é nenhuma surpresa. Diante do que foi dito, podemos concluir que Plancher tinha uma preferência pelos autores e pelas concepções da economia política como pensada por Adam Smith.

Enquanto Plancher difundia as ideias liberais e fazia apologia ao sistema econômico inglês, seu compatriota, Chapuis, fazia completamente o contrário. Criticava não só o comércio, como também previa a falência da economia inglesa. Chapuis afirmou que “Os estados cultivadores que tem em si mesmo hum principio de força, sempre renacente, e independente de socorros estranhos, serão por fim sempre superiores aos estados mercantes”, e os Estados mercantes, dependentes do comércio, podiam até prevalecer por algum tempo, “e se quizessemos hum exemplo citaríamos a Inglaterra, que não podendo continuar no papel de potencia preponderante se arruinará para o conservar”. Em outra oportunidade, ao comentar sobre as consequências da abolição imediata da escravidão no Brasil, afirmava que isso causaria enormes prejuízos à agricultura, o que significaria “um golpe fatal não só na agricultura, como na industria em geral; he paralisar todos os meios de produção, he atacar na fonte a prosperidade do Estado.”⁶

Um posicionamento interessante de Chapuis quando se posicionava em relação à economia, era sua hostilidade em relação à Inglaterra e sua situação econômica. Já em seu primeiro periódico anunciou uma “Banca-rotas quase geral na Inglaterra”⁷. Chapuis também propunha uma aliança com os outros países contra o domínio comercial inglês, devendo-se “adoptar o systema continental de Napoleão, e os Americanos, que tem sacudido o jugo nas suas metrópoles, se não querem ficar debaixo de hum mil vezes peor, o da Inglaterra, deverão

⁶O *Verdadeiro Liberal*, nº8, 18/03/1826.

⁷O *Verdadeiro Liberal*, nº 1, 02/03/1826

fazer causa *commum* com a Europa”⁸. Ao comentar sobre os motivos da Inglaterra insistir na abolição do tráfico de escravos, afirmava que tudo isso não passava de uma estratégia do gabinete inglês para dominar sozinho os mercados europeus, americanos e africanos. Tudo não passava de uma estratégia política: prejudicar a economia brasileira com o fim do tráfico de escravos; civilizar a África para ali exportar seus produtos, e, com a ruína da economia brasileira, dominar sozinha os mercados europeu e americano. Tudo isso bem orquestrado pelos “EgoistasInglezes”⁹.

Infelizmente não temos muitas referências sobre os pensamentos econômicos de Chapuis. Seu jornal, incluído em um período de constante debate político e forte repressão à imprensa, preocupava-se mais em responder os questionamentos de jornalistas de posições políticas opostas, como Plancher, do que falar de economia. Com isso, além de não expor com mais clareza seu pensamento econômico, Chapuis foi exilado do Brasil ainda em 1826, graças às suas opiniões políticas radicais, publicando apenas dezesseis números.

Do pouco que podemos perceber e expor, chegamos à conclusão que, diferente de Plancher, Chapuis nutria uma profunda desconfiança da Inglaterra, acusando-a de interesseira e desleal. Além disso, considerava que o único meio de se obter riqueza de maneira segura era a agricultura, o que encontra semelhança na afirmação de Quesnay para quem “a terra é a única fonte de riqueza e que é a agricultura a fonte que a multiplica” (NAPOLEONI, 1988, p.160). Além disso, ao dizer que a superioridade econômica inglesa através do comércio era passageira, também concordava com Quesnay quando ele dizia que, “a perda reverte para a nação que recebe um excedente em dinheiro; e esta perda reverte em prejuízo da distribuição da reprodução das rendas” (NAPOLEONI, 1988, p.166). A desconfiança da Inglaterra por parte de Chapuis talvez esteja ligado ao seu passado. Membro do exército napoleônico, comandante da cavalaria (PUIGMAL, 2013), Chapuis era um *bonapartista*. A crueldade das batalhas, o longo conflito anglo-francês e a derrota napoleônica perante a Inglaterra criou um ressentimento contra os ingleses que exerceu papel determinante em suas decisões políticas.

A permanência de Plancher e o exílio de Chapuis é representativo de uma outra situação, agora de sentido mais amplo: admiração do sistema econômico liberal, e principalmente de Adam Smith entre políticos e intelectuais brasileiros. Com exceção de Chapuis, pouquíssimos jornalistas se propuseram a defender as ideias fisiocratas. Por outro

⁸O *Verdadeiro Liberal*, nº 12, 28/03/1826.

⁹O *Verdadeiro Liberal*, nº8, 18/03/1826.

lado, as ideias liberais foram constantemente louvadas pelos membros da elite fluminense. Atentos a isso, faremos uma discussão bibliográfica para tentar entender até que ponto as práticas econômicas foram concernentes às ideias pregadas pela elite.

Dormindo com Quesnay e sonhando com Smith

Segundo Júlio Bentivoglio, o liberalismo econômico era aceito de maneira quase unânime pela elite imperial (BENTIVOGLIO, 2010, p.271). Ainda segundo o autor, através das leituras dos clássicos liberais sob o prisma da educação Coimbra e as experiências adquiridas durante sua vida, esses homens acabaram tendo concepções heterogêneas das ideias liberais. Sendo assim, mesmo aprendendo as linhas principais do pensamento liberal, ao passarem da teoria para a prática, acabam tendo que se adaptar ao *império das circunstâncias* no Brasil, circunstâncias essas oligárquicas e escravistas (BENTIVOGLIO, 2010, p.273). Tudo isso compõe o conjunto de circunstâncias histórico-culturais da nação, que influencia diretamente na formação e na direção econômica das nações (PAULA; CERQUEIRA; ALBUQUERQUE, 2007, p.357). Presos à realidade brasileira, e mesmo não podendo realizar as reformas pelas circunstâncias nacionais, não deixavam de sonhar e defender as ideias liberais.

Mesmo que fossem liberais, a elite imperial tinha consciência da sua dependência da atividade agrícola. Diferentemente do que afirma Emilia Viotti da Costa, as forças que atacaram as bases do sistema colonial não foram as ligadas ao capital industrial (COSTA, 1971, p.68), e nem foram eles capazes de conduzir as ações do Estado segundo seus interesses (COSTA, 1971, p.70), mas sim a “classe” agrícola. Diante disso, Maria Odila Leite da Silva Dias afirmou que já durante a estadia da Corte no Rio de Janeiro, os interesses agrícolas guiavam os rumos políticos (DIAS, 2005, p.16).

Essa imbricação entre política e setor agrário é destacado por vários historiadores, grande parte deles de orientação marxista. Segundo Wlamir Silva, não só no Rio de Janeiro, mas também em Minas Gerais, província mais populosa do Brasil na época, os interesses econômicos ligados à terra tiveram importância e influência nos rumos políticos do país. Segundo Silva, “podemos observar a construção de projetos políticos capazes de formar blocos históricos coesos das elites socioeconômicas oitocentistas e, mesmo, cooptando homens livres e não proprietários.” (SILVA, 2009, p.30). A construção desses blocos também foi estudada por Alcir Lenharo. Segundo o autor, durante a permanência da Corte existiu uma

política de integração entre os centros da região Centro-Sul¹⁰ graças a demanda de gêneros alimentícios gerados pela presença da Corte (LENHARO, 1979, p.22). Feita a independência, os *liberais*, alinhados aos comerciantes de abastecimento se posicionaram contrários aos *conservadores*, alinhados ao grupo mercantilista e mercantil (LENHARO, 1979, p.42). Sendo assim, os liberais tornaram-se “Políticos porque proprietários, somente através da garantia da expansão de suas propriedades é que poderiam dar continuidade à atividade política.”(LENHARO, 1979, p.100). Com essa interdependência entre atuação política e econômica, o próprio Estado adquiriu uma face classista determinada pela expansão econômica do Centro-Sul (LENHARO, 1979, p.25). Com as atitudes despóticas de D. Pedro I e o consequente descontentamento dos grandes proprietários, os liberais moderados, diretamente ligados e dependentes a eles, iniciaram o movimento de deposição de D. Pedro I, o que abriu espaço para a projeção do setor de abastecimento na política ((LENHARO, 1979, p.102). Iniciava-se a Regência, que, da mesma maneira que o Primeiro Reinado, era governada por políticos movidos pelos interesses econômicos.

Obra prima do século XIX brasileiro, *O Tempo Saquarema* de Ilmar Rohloff de Mattos traz com enorme clareza as influências econômicas na política brasileira, principalmente do Segundo Reinado. Mas, para compreendermos melhor a riqueza das ideias do autor, devemos nos ater também ao processo de independência. Segundo Mattos, a própria independência foi levada a frente pelos interesses dos colonos¹¹, que, a partir de 1820, se sentiram invadidos pelos impostos cobrados pelos colonizadores graças à crise e à Revolução do Porto. Diante disso, a única saída para continuarem sendo proprietários foi romper com a metrópole (MATTOS, 1990, p.32).

Ancorado no marxista britânico Edward Thompson, Mattos afirma que a convivência e a percepção de interesses em comum fez com que, cada vez mais, os “plantadores escravistas construíssem lentamente sua individuação, possibilitavam o recorte de uma região e pareciam mesmo constituir uma classe social.” (MATTOS, 1990, p.40). Consequência disso foi

a transformação de burocratas e negociantes em grandes proprietários rurais, a aproximação dos grupos nativos economicamente dominantes da Corte por meio de negócios, a união de famílias proprietárias através da conclusão de alianças matrimoniais, além da nobilitação de todos aqueles que circulavam ao redor da

¹⁰ Região que na época remontava à Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

¹¹ Na série de metáforas utilizadas por Mattos, colonos são os grandes proprietários do período colonial, enquanto colonizadores é a elite portuguesa e colonizados os livres pobres brasileiros.

Família Real. Possibilita perceber como na área polarizada pela cidade do Rio de Janeiro foi-se constituindo o feixe de forças políticas que concretizaria o rompimento com as Cortes portuguesas em 1822. (MATTOS, 1990, p.54).

Realizada a independência, não demorou muito para que os grandes latifundiários assumissem lugar de destaque na vida social e política, fazendo valer os interesses da grande lavoura sob o escudo ideológico do liberalismo (MATTOS, 1990, p.49). Esses interesses iam desde a construção de estradas de ferros que ligassem os centros cafeeiros do interior ao Rio de Janeiro (MATTOS, 1990, p.60), até a manutenção da ordem escravista. O resultado da união entre a elite política e a elite econômica foi um sucesso. Segundo Ilmar, na década de 50 o Brasil alcançou o monopólio virtual do café, chegando a deter 60% da produção mundial (MATTOS, 1990, p.63). Dessa maneira, “Enobrecidas e condecoradas pelo Estado imperial, essas famílias ligaram suas vidas a ele, ao qual não raro concebiam como instrumento de seus interesses corporativos...” (MATTOS, 1990, p.67).

Por meio das pesquisas de Alcir Lenharo e Ilmar de Mattos, podemos concluir que o Estado imperial foi, do ponto de vista desses autores, dependente e local de atuação dos grandes latifundiários, dando apoio às suas atividades e mantendo a ordem escravista e latifundiária e agrária, dormindo com o indesejável Quesnay e suas “velhas” e “ultrapassadas” doutrinas fisiocratas. Da mesma maneira, não podemos nos esquecer das indicações de Júlio Bentivoglio. Certamente esses homens defendiam uma postura liberal no setor econômico, entretanto, “A elite política imperial não desejava nem tinha condições de realizar plenamente todos os princípios liberais, mas isso não a tornava menos liberal.” (BENTIVOGLIO, 2010, p.274). Sendo assim, sonhavam com as proposições de livre mercado e da produção de manufaturas de Adam Smith, e isso pode ser confirmado pelos comentários e traduções feitas por José da Silva Lisboa, ou pela base crítica da escravidão, que era feita em cima das ideias de economia política liberal (ROCHA, 2005). Dormiam com Quesnay e sonhavam com Smith, e assim foi levada a economia imperial brasileira.

Considerações finais

Como dito, a economia do Império do Brasil foi um emaranhado de ideias. Como bem mostrado por Júlio Bentivoglio, grande parte da elite política brasileira do Segundo Reinado era, economicamente, liberal. O problema é que essa elite tinha de se adaptar às circunstâncias brasileiras, fazendo com que alguns postulados de outras doutrinas adentrassem no Brasil (BENTIVOGLIO, 2010, p.278). Essas “circunstâncias” permitiram a permanência da agricultura como principal fonte de riqueza. Segundo Ilmar de Mattos, os interesses dos

latifundiários rapidamente se transformaram nos interesses do Estado (MATTOS, 1990, p.57). Com o surgimento das estradas de ferro e suas ligações com o porto do Rio de Janeiro, a indústria cafeeira pôde se fortalecer ainda mais, tornando a agricultura o principal meio de obtenção de riqueza do Brasil (MATTOS, 1990, p.60).

Através do debate jornalístico entre Plancher e Chapuis e diante dos interesses agrícolas tão enraizados no Brasil, podemos perceber a permanência de ideias fisiocratas, mesmo que de maneira velada. Afirmamos também que, ao menos no Primeiro Reinado, não existia um total consenso dentro da elite política em torno do liberalismo econômico. Período em que ainda se construía as bases do império, Plancher fazia defesa dos postulados liberais, o mesmo não ocorria com Chapuis. Defensor da agricultura como principal fonte de renda e subsidiário de um segundo “bloqueio continental”, Chapuis em muito se identificava com os fisiocratas. Por mais que tenha sido um jornalista que pouco tempo esteve no Brasil, suas opiniões certamente refletiam as aspirações de parte do público que o lia.

Através de ambos os autores podemos perceber também como a relação econômica com a Inglaterra era politizada. Enquanto Plancher defendia uma relação mais próxima e elogiava os sucessos econômicos ingleses, Chapuis, de maneira sequencial, apontava a desgraça da economia inglesa e suas intenções maléficas com o Brasil.

Enfim, esperamos poder contribuir, mesmo que de maneira singela, para os debates sobre a História Econômica do Brasil e para a História do Pensamento Econômico, áreas de diferentes disciplinas que foram depreciadas durante certo tempo, mas que hoje têm retomado sua força.

Referências

ARIDA, Pérsio. A História do Pensamento Econômico Como Teoria e Retórica. In: REGO, José Márcio (Org.). *Revisão da Crise: Metodologia e Retórica na História do Pensamento Econômico*. São Paulo: Editora Bial, 1991.

BENTIVOGLIO, Júlio Cesar. Liberalismo brasileiro no Oitocentos: pensamento político e ideias liberais nos debates parlamentares. In: CAMPOS, Adriana P.; SILVA, Gilvan V. da; NADER, Maria Beatriz et al. (Org.). *A cidade à prova do tempo: vida cotidiana e relações de poder nos ambientes urbanos*. 1ed. Vitória: GM Gráfica e Editora, 2010, v. 1, p. 269-281.

_____. *O Império das circunstâncias: o Código Comercial e a política econômica brasileira (1840-1860)*. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BLAUG, Mark. No History of Ideas, please we're Economists. In: *Journal of Economic Perspectives*. V. 15, n.1, 2001, p.145-164.

CERQUEIRA, Hugo E. A. da Gama. *Adam Smith e o contexto: o iluminismo escocês*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2005.

CERQUEIRA, Hugo E. A. da Gama. Adam Smith e o Surgimento do Discurso Econômico. In: *Revista de Economia Política*, vol. 24, nº3 (95), julho-setembro/2004.

COSTA, Emília Viotti da. "Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil". In: MOTA, Carlos Guilherme(org.). *Brasil em Perspectiva*. 3º ed. São Paulo: Difel, 1971.

DEYON, Pierre. *O Mercantilismo*. 4ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. "A Interiorização de Metrôpole". In: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A Interiorização da Metrôpole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005, p.16.

KUNTZ, Rolf Nelson. *Capitalismo e Natureza: ensaio sobre os fundadores da economia política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

MATTOS, Ilmar R. de. *O Tempo Saquarema. A Formação do Estado Imperial*. 2º ed São Paulo: Hucitec, 1990.

MOREL, Marco. La génesis de la opinión pública moderna y el proceso de independencia (Rio de Janeiro, 1820-1840). In: GUERRA, François-Xavier, LEMPÉRIÈRE, Annick et al. *Los Espacios Públicos em Iberoamérica: Ambigüedades y problemas. Siglos XVII-XIX*. México: Fondo de Cultura Económica-Centro Francés de Estudios Mexicanos y Centroamericanos, 1998. p.306

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan / FAPERJ, 2003.

_____. Estado e política na independência. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Org.). *O Brasil Imperial (1808-1831)*. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v. 1. NAPOLEONI, Claudio. *Smith, Ricardo e Marx*. 6 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

OLIVEIRA, Flávio dos Santos. Sobre a Origem e Função Precípua do Governo na Concepção dos Contratualistas, David Hume e Adam Smith. In: *Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional*, Curitiba, 2014, n. 6, p.68-85.

O Verdadeiro Liberal. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1826.

PAULA, João Antônio de; CERQUEIRA, Hugo E. A. da Gama; ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta e. *Nações e estilos de economia política*. In: *Revista de Economia Política*, vol. 27, nº3 (107), julho-setembro/2007, pp.357-374.

PUIGMAL, Patrick. Brasil Bajo Influencia Napoleónica y Francesa. Los Mensajeros de la Independencia: Militares, Libreros y Periodistas. In: *Revista Historia UC*, Chile, v.1, nº 46, 2013, 113-151.

ROCHA, Antonio Penalves. Idéias antiescravistas da ilustração na sociedade escravista brasileira. In: *SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 23, 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005.

SILVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de minas gerais (1830-1834)*. 1. ed. São Paulo: HUCITEC (Apoio FAPEMIG), 2009. v. 1. 352p.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, II Vol. 1996.

Spectador Brasileiro. Rio de Janeiro: Typographia de Plancher, 1824-1826.

VILNER, Jacob. *Studies in the Theory of International Trade*. New York: Harper and Brothers Publishers, 1937.

Recebido em: 19/08/2015

Aprovado em: 12/12/2015